



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 10/12/2014 18:51:56 , faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011940-59.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Jocimar Rossanesi**
 Requerida : **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Jocimar Rossanesi move ação em face de **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**, dizendo que sofreu acidente automobilístico em 11.11.2012, com lesões corporais graves que lhe ocasionaram invalidez permanente. Pretende o recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 de acordo com a Lei nº 11.482/07. Pede a procedência da ação para condenar a ré a lhe pagar R\$ 13.500,00, com os encargos moratórios, honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 08/13.

A ré foi citada e contestou às fls. 18/38 alegando que a Seguradora Líder quem deve ocupar o polo passivo. Não consta dos autos o laudo conclusivo do IML, documento essencial para o ajuizamento da ação. Falta interesse processual ao autor, pois deixou de comunicar o sinistro na via administrativa, condição básica para a propositura desta ação. Deve-se aplicar a regra da proporcionalidade das lesões sofridas em relação ao valor da indenização, conforme consta da Súmula 474 do STJ. A correção monetária só incide a partir do ajuizamento da ação, juros de mora desde a citação e honorários advocatícios devem ser arbitrados no máximo em 10%. Improcede a demanda.

Foi deferida a realização de perícia (fl. 52). Réplica às fls. 52/55. Documentos às fls. 59/102. O IMESC designou dia, hora e local para o exame pericial médico (fl.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

113), tendo o autor sido intimado e não compareceu para a perícia (fl. 117). O autor foi intimado sobre essa sua ausência e não se manifestou nos autos (fl. 125). Memoriais às fls. 129/133 e 135/140.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC.

Indefiro o pedido de fls. 18/20 de substituição da ré pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, porquanto o autor optou em ajuizar a ação em face de uma das devedoras solidárias da indenização do seguro obrigatório. Essa facultatividade é do credor da obrigação, conforme previsto no Código Civil: artigo 904.

O autor foi regularmente intimado para submeter-se à perícia médica e não compareceu e nem justificou nos autos eventuais motivos relevantes sobre essa sua ausência.

Incontroverso que o autor foi vítima de acidente automobilístico (fls. 11/12), que lhe causou danos físicos, conforme consta dos registros de fls. 60/102 fornecidos pela Santa Casa de Misericórdia de Araraquara.

Acontece que a omissão do autor impediu que este juízo pudesse identificar se de fato este sofreu perdas físicas redutoras de sua capacidade, de modo a permitir a aplicação da Súmula 474 do STJ, que prescreve: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

O TJSP tem jurisprudência consolidada sobre a preclusão da produção da prova pericial médica ante a ausência injustificada do autor. Nesse sentido:

“SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - Pretensão de recebimento do capital seguro - Invalidez permanente - Oportunizada a produção de prova pericial - Ausência do apelado, ainda que intimado. Frustração da providência. Preclusão - Conhecimento a respeito da eficácia da instrução que exige pronunciamento sobre o mérito, oportunizando a formação da coisa julgada material - Princípio da segurança jurídica.” (Apelação nº 0047-17.209.8.26.0369, Rel. Des. SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA, 32ª Câmara de Direito Privado, j. 12.1.2012).

“Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais. Ação de Cobrança de indenização securitária. Prova pericial. Não realização. Preclusão. Ação julgada improcedente. Apelação. Preliminar de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

nulidade da sentença por alegado cerceamento de defesa: rejeitada. Ausência injustificada ao Imesc para realização da perícia médica que resultou na preclusão da prova. Cabia ao autor a prova do fato constitutivo do seu alegado direito, nos termos do art. 33, I, do CPC. Situação não ocorrida. Sentença mantida. Recurso improvido.” (Apelação nº 008073-84.206.8.26.0572, Rel. Des. FRANCISCO OCCHIUTO JÚNIOR, 32ª Câ. de Direito Privado, j. 28.06.2012).

Com o valor do seguro obrigatório DPVAT não se indenizam os ferimentos oriundos do acidente automobilístico, mas as perdas físicas que repercutam e gerem incapacidade parcial ou total à vítima.

A peça de fl. 13 está isolada nos autos e não permite identificar a extensão da incapacidade do autor. Não se sabe se as perdas verificadas quando daquele exame evoluíram para a redução da capacidade física do autor e seu correspondente percentual de perdas.

Portanto, o autor não se desincumbiu do ônus da prova como previsto no inciso I, do artigo 333, do CPC.

JULGO IMPROCEDENTE a ação. Condene o autor a pagar à ré, 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa e custas do processo, verbas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo artigo 12, da Lei 1.060, já que o autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**